

A ECONOMIA SOLIDÁRIA DIANTE DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

Luiz Inácio Gaiger¹

A literatura atual sobre a economia solidária converge em afirmar o caráter alternativo das novas experiências populares de autogestão e cooperação econômica: dada a ruptura que introduzem nas relações de produção capitalistas, elas representariam a emergência de um novo modo de organização do trabalho e das atividades econômicas em geral. O trabalho discute o tema, retomando a teoria marxista da transição e analisando, sob esse prisma, dados de pesquisas empíricas recentes sobre os empreendimentos solidários. Delimitando a tese anterior, conclui estarmos diante da germinação de uma nova “forma social de produção”, cuja tendência é abrigar-se, contraditoriamente, sob o modo de produção capitalista. Extrai, por fim, as conseqüências teóricas e políticas desse entendimento, posto que repõe, em termos não antagônicos, a presença de relações sociais atípicas, no interior do capitalismo.

UM DEBATE TEÓRICO E POLÍTICO

O aparecimento, em escala crescente, de empreendimentos populares baseados na livre associação, no trabalho cooperativo e na autogestão, é hoje fato indiscutível em nossa paisagem social, ademais de ser um fenômeno observado em muitos países, há pelo menos uma década (Laville, 1994). Essas iniciativas econômicas representam uma opção ponderável para os segmentos sociais de baixa renda, fortemente atingidos pelo quadro de desocupação estrutural e pelo empobrecimento. Estudos a respeito, em diferentes contextos nacionais, indicam que tais iniciativas, de tímida reação à perda do trabalho e a condições extremas de subalternidade, estão convertendo-se em um eficiente mecanismo gerador de trabalho e renda, por vezes alcançando níveis de desempenho que as habilitam a permanecerem no mercado, com razoáveis perspectivas de sobrevivência (Nyssens, 1996; Gaiger et al., 1999).

Esse quadro promissor, além de carrear rapidamente o apoio de ativistas, agências dotadas de programas sociais e órgãos públicos, suscitou o interesse dos estudiosos para o problema da viabilidade desses empreendimentos a longo prazo, bem como para a natureza e o significado contido nos seus traços sociais peculiares, de socialização dos bens de produção e do trabalho. Setores da esquerda, reconhecendo ali uma nova expressão dos ideais históricos das lutas operárias e dos movimentos populares, passaram a integrar a economia solidária em seus debates, em seus programas de mudança social e em sua visão estratégica de construção socialista². Vendo-a seja como um campo de trabalho institucional, seja um alvo de políticas públicas de contenção da pobreza, seja ainda uma nova frente de lutas de caráter estratégico,

¹ Doutor em Sociologia, professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (e-mail: gaiger@helios.unisinos.br). Esse trabalho é fruto de pesquisa em parceria com a Cáritas Brasileira – Regional RS, a Secretaria Municipal de Produção, Indústria e Comércio, de Porto Alegre, e a Secretaria Estadual de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais, com apoio do CNPq e da FAPERGS.

² Um debate a respeito está tendo lugar no Partido dos Trabalhadores. Ver, por exemplo, Singer & Machado, 2000.

visões, conceitos e práticas cruzam-se intensamente, interpelando-se e promovendo a economia solidária como uma *alternativa* para... os excluídos, os trabalhadores, um modelo de desenvolvimento comprometido com os interesses populares, etc.; uma *alternativa*, ao aprofundamento das iniquidades, às políticas de corte neoliberal, ... ao próprio capitalismo.

A questão tornou-se objeto de intensa discussão, na qual se manejam com frequência teses e categorias da economia política marxista - leito de navegação tradicional do pensamento da esquerda - sustentando argumentações e respostas de natureza, sobretudo, ideológica e programática. Nesse contexto, as tentativas de teorizar o tema, com os cuidados que a tarefa requer, correm o risco de serem apreciadas diretamente por seu impacto político, por seus efeitos de legitimação sobre as elaborações discursivas politicamente em confronto, dotadas de elevado grau de finalismo, ou de importantes ingredientes teleológicos, próprios das ideologias. O fato é suscetível de ocorrer sobretudo com as formulações mais audaciosas, que associam a economia solidária a um *novo modo de produção, não-capitalista* (Tiriba, 1997; Singer, 2000; Verano, 2001), quer pela insuficiente explicitação conceptual das mesmas, quer porque tendem a não serem vistas como problematizações do tema, ou hipóteses revisáveis, mas sim como respostas seguras, chancelando tomadas de posição e juízos definitivos.

Assim, convém ir devagar com o andor. Tomada como uma sentença afirmativa, a tese em tela possui conseqüências amplas e profundas, pois resolve de vez com a questão principal acerca do caráter alternativo da economia solidária: o advento de um novo modo de produção, como buscarei demonstrar, representa *in limine* a superação do modo de produção capitalista e das formações sociais que lhe correspondem, a instauração de algum tipo de sociedade pós-capitalista, cujas características tornar-se-iam historicamente predominantes. Interpretações ligeiras dessa importante questão podem, em verdade, manifestar uma pressa de encontrar respostas tranqüilizadoras, por sua aparente eficácia política (à condição, simplesmente, que estejam à esquerda das idéias dominantes e pretendam dar conta da totalidade histórica), pressa de que parecem ressentir-se os grupos de mediação, desorientados com a regressão da agenda social, a falência dos modelos de transição ao socialismo e a carência de teorias credíveis que respaldem uma nova (ou apenas retocada) estratégia de intervenção. Como assinala José de Souza Martins, há anos instalou-se uma crise na intelectualidade de esquerda, por sua dificuldade em produzir uma teoria da prática *atual e real* das classes subalternas (1989: 135). O fato talvez revele um fenômeno cíclico, posto que esse desencontro entre teoria e prática, a primeira estando em descompasso, registrou-se em outros momentos da nossa história política (Souza, 2000).

Naturalmente, inúmeros fatos avalizam uma visão politicamente otimista sobre o papel da economia solidária. Não há dúvidas de que o *concreto real*, manifesto em tais acontecimentos “é o verdadeiro ponto de partida (do pensamento) e, *em conseqüência*, o ponto de partida *também* da intuição e da representação” (Gorender, 1978: 39). Todavia, para ultrapassar esse ponto de partida e aceder ao *concreto pensado*, que reproduz racionalmente o real, o pensamento necessita de um trabalho de elaboração que transforma intuições e representações – aqui, do senso comum militante – em conceitos. Entre os acontecimentos e a teoria há uma lacuna a ser preenchida, não num salto, mas percorrendo um caminho de ida e volta. Um meticuloso vai-e-vem, em que os dados empíricos e as formulações abstratas se esclarecem e vêm adequar-se mutuamente, tornando inteligível a realidade, sob forma de proposições, que não são simples reedição da teoria, tampouco uma reprodução pura do real - na primeira alternativa, estaríamos cristalizando a teoria e encerrando-nos em grades interpretativas

aprioristas e não questionadoras; na segunda, ocultando involuntariamente nossos conceitos e premissas implícitas³.

A intenção desse trabalho é estabelecer esse movimento, a partir da teoria em que se situa originalmente a categoria *modo de produção*. Passos nessa direção foram dados em ocasiões anteriores, inicialmente com objetivo de sugerir a adequação e o valor interpretativo da teoria de Marx, acerca da produção e da reprodução das grandes formações históricas (Gaiger, 1998); mais adiante, buscando evidências empíricas, analisadas com aquela teoria de fundo, de modo a verificar o seu poder elucidativo e articulador das conclusões alcançadas (Gaiger, 1999). A tarefa que proponho, agora, impõe um tratamento sistemático das categorias e da teoria da transição em Marx, para seu confronto com os resultados apurados em pesquisas e com suas respectivas interpretações. Há um agudo senso de filigranas, uma riqueza pouco conhecida na teoria da transição de Marx⁴, que a vulgarização nos meios intelectuais e militantes tratou de eliminar, fixando-a em regras gerais supra-históricas, desprovidas de qualquer capacidade heurística. O texto é uma tentativa de explorar essa riqueza. Suas conclusões matizam e contradizem parcialmente a tese do *novo modo de produção*, antes evocada; espero que sejam apreendidas, também elas, em sua função teórica primordial, de ponto de partida estimulante ao seguimento do nosso trabalho intelectual⁵.

AS GRANDES CATEGORIAS ECONÔMICAS DE K. MARX

Não seria novidade dizer que *modo de produção* é a categoria mais fundamental e englobante, cunhada por Marx, para expressar sinteticamente as principais determinações que configuram as diferentes formações históricas. Essas determinações encontram-se para Marx no modo como os indivíduos, de uma dada sociedade, organizam-se no que tange à produção, à distribuição e ao consumo dos bens materiais necessários à sua subsistência; mais precisamente, na forma que assumem as relações sociais de produção, em correspondência com um estado histórico de desenvolvimento das forças produtivas.

O emprego do termo *modo de produção*, nos textos de Marx, todavia não é unívoco. O fato ocasionou apreensões diferenciadas, tipologias complementares (modos de produção secundários, periféricos, etc.) e tipos incompletos, como o *modo de produção simples*, em que o trabalhador é o proprietário dos meios de produção, os põe em movimento, individualmente ou em diminutas unidades de produção, geralmente familiares, e negocia seu produto em condições que fogem à sua lógica e domínio. Tomando por base a exegese cuidadosa realizada por autores dedicados ao assunto, tais entendimentos ficariam sem guarida, sendo por outro lado necessário reconhecer, ao menos, um outro uso comum nos escritos de Marx, em que *modo de produção* possui um caráter meramente descritivo, referindo-se a uma certa forma concreta de produzir (artesanato, manufatura) ou, mais amplamente, a um estágio geral de desenvolvimento tecnológico (grande indústria, maquinismo).

³ “A realidade histórica – como toda realidade – existe *puramente*, independentemente de que a conheçamos. Nisso consiste sua objetividade. Mas, desde que a queiramos conhecer, sua existência perde a *pureza* e se torna referencial ao sujeito de conhecimento. Por isso, o “dado puro” é uma ficção, uma ilogicidade.” (Gorender, 1978: 43).

⁴ Na conferência proferida no X Congresso Brasileiro de Sociologia (Fortaleza, 09/2001), intitulada “Sociologia e sociedade; heranças e perspectivas”, Gabriel Cohn salientou que Marx possui todos os ingredientes para uma reflexão organizada sobre o problema do tempo; do *tempo das transições*, acrescentaria.

⁵ Essas reflexões foram estimuladas por pesquisas sucessivas desde 1993, divulgadas pela Internet no endereço www.ecosol.org.br. Agradeço o apoio e a interlocução crítica de Ana Mercedes Sarria, Marinês Besson, Alberi Petersen, Raquel Kirsch e Carmem Lúcia Paz.

A distinção, como veremos adiante, tem interesse. Segundo M. Godelier, em seus estudos sobre assunto, nesse caso Marx está designando um (ou mais) *modo material de produção*, isto é, “os elementos e as formas materiais dos diversos processos de trabalho, pelos quais os membros de uma sociedade agem sobre a natureza que os cerca para extrair os meios materiais necessários às suas necessidades, produzirem e reproduzirem as condições materiais de sua existência social.” (1981: 169). Esses elementos materiais compreendem as matérias-primas, os meios de trabalho utilizados, as capacidades físicas e intelectuais requeridas, as operações e procedimentos, bem como as combinações entre esses elementos, do que resultam variadas formas de apropriação da natureza. Produzindo bens semelhantes, modos materiais de produção podem repousar, ou não, sobre a mesma base técnica, como se nota ao comparar o artesanato têxtil à indústria do vestuário. Visto em seu sentido mais elementar, de introdução da linha de montagem e da esteira rolante, o Fordismo representou um novo modo material de produção. O exemplo serve para demonstrar que um modo material de produção não existe jamais isolado dos arranjos sociais do processo de trabalho, as quais corresponde um acionamento determinado das forças produtivas ao alcance dos agentes econômicos. Vice-versa, a instauração plena de um *modo de produção* exige engendrar previamente um novo *modo material de produção*, que lhe seja próprio e apropriado, pois isso é o que lhe faculta dominar o conjunto do processo de produção social e subverter as instituições que, contra as suas necessidades de desenvolvimento, ainda sustentam a ordem social. A alteração profunda do modo de apropriação da natureza é, ao mesmo tempo, requisito e vetor de toda nova formação social (Godelier, 1981: 177-8).

O conceito de modo de produção diz respeito à totalidade histórica, dada pelo conjunto de relações que vinculam os indivíduos e grupos ao processo de produção, no sentido amplo de suas condições materiais de existência, compreendendo igualmente a circulação e troca dos bens materiais (Godelier, 1981: 174-5). Representa a forma estruturante de cada sociedade, pela qual são providas as suas necessidades materiais, em um dado estágio do seu desenvolvimento. Em seu cerne, como elemento distintivo, comporta um mecanismo social específico de criação, controle e apropriação do *excedente social* gerado pelo trabalho, o que lhe atribui uma lógica e traços próprios, imanentes à sua reprodução e ao padrão dinâmico de sua evolução histórica (Shanin, 1980: 61).

Embora o modo de produção constitua “uma totalidade orgânica e um processo reiterado de produção, distribuição, circulação e consumo de bens materiais, todas elas fases *distintas* e, ao mesmo tempo, *interpenetradas* no fluir de um processo único... é à produção que pertencem a determinação fundamental e o ponto recorrente.” (Gorender, 1978: 23). A esse primado da *produção* sobre as demais esferas da vida econômica⁶, segue-se a hipótese de investigação, metodologicamente materialista, anunciada no *Prefácio* (Marx: 1974: 22-3), postulando uma hierarquia invariante entre as funções sociais, na qual a função de produção da vida material detém um poder explicativo precedente sobre as demais, ou seja, o poder de explicar, em última instância, a organização e a dinâmica geral da sociedade. No âmago da base material desta, as contradições entre as forças produtivas e as relações sociais de produção⁷, ambas constituintes do modo de produção, fazem mover a sociedade e terminam por alterar a sua forma.

⁶ “As chamadas relações de distribuição correspondem e devem sua origem a formas especificamente sociais, historicamente determinadas, do processo de produção e das relações que os homens estabelecem entre si no processo de reprodução da vida. O caráter histórico dessas relações de distribuição é o caráter histórico das relações de produção das quais expressam apenas uma face.” (Marx, 1976: 1011).

⁷ As *relações sociais de produção*, por sua vez, são definidas pelo tipo de acesso e controle dos indivíduos sobre os meios de produção, o papel que desempenham no processo de trabalho e os benefícios por eles auferidos na distribuição do produto social.

O modo de produção capitalista nasce da reunião de quatro características da vida econômica, até então separadas: a) um regime de produção de mercadorias, de produtos que não visam senão ao mercado; b) a separação entre os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores, desprovidos e objetivamente apartados daqueles meios; c) a conversão da força-de-trabalho igualmente em mercadoria, sob forma de trabalho assalariado; d) a extração da mais-valia, sobre o trabalho assim cedido ao detentor dos meios de produção, como meio para a ampliação incessante do valor investido na produção; a mais-valia é a finalidade direta e o móvel determinante da produção, cabendo à circulação garantir a realização do lucro e a reposição ampliada do capital. O capitalismo, portanto, está fundado numa *relação social*, entre indivíduos desigualmente posicionados face aos meios de produção e às condições de posta em valor de sua capacidade de trabalho. Uma relação classista, que se efetua, “através de uma colaboração ilusória, mas não menos real, das três classes básicas, os assalariados, os capitalistas e os proprietários fundiários, na qualidade de donos dos fatores responsáveis pelos custos da produção de mercadorias.” (Giannotti, 1976: 164).

No curso do seu desenvolvimento, o capitalismo provocou uma contínua transformação da base técnica em que se assenta, mediante enorme impulsão das forças produtivas. Como recorda Singer, “As revoluções industriais tornaram-se economicamente viáveis porque a concentração do capital possibilitou o emprego de vastas somas na atividade inventiva e na fabricação de novos meios de produção e distribuição.” (2000: 12). Sob esse ângulo, o Fordismo pode ser considerado não somente um modo material de produção, *superior* para as finalidades do capitalismo, mas a própria base, ao longo do último século, do capitalismo avançado, dirigido à produção em massa e tendendo a operar em escala mundial.

Criando sua base própria, renovando-a continuamente segundo suas necessidades, o capitalismo realiza o que mais importa num modo de produção: instaura o processo que vem a repor a sua própria realidade, a reproduzi-la historicamente. Por isso mesmo, formas econômicas desprovidas de uma estrutura político-econômica relativamente auto-suficiente, capaz de reconstituir continuamente as relações de expropriação e acumulação de excedentes próprias daquelas formas, não remeteriam ao modo de produção como unidade de análise, sob pena de retirar dessa categoria “seus *insights* analíticos mais importantes.” (Shanin, 1980: 65). É o caso da economia camponesa, ou da produção simples de mercadoria, a menos que sejam vistas como formas incompletas, remanescentes de modos de produção outrora dominantes, como o *tributário*. De todo o modo, como assinala Giannotti:

“É somente para evitar que se coloque num mesmo nível de realidade o modo de produção capitalista e os modos de produção subsidiários, que se torna então conveniente reservar a categoria de modo de produção para designar o movimento objetivo de reposição que integra, num mesmo processo autônomo, a produção, a distribuição, a troca e o consumo, deixando outros nomes para as formas produtivas subsidiárias, que o modo de produção capitalista exige no seu processo de efetivação.” (1976: 167).

No presente caso, como é sabido, tais formas passam ordinariamente a funcionar como momentos do ciclo de acumulação do capital, muito embora possam dispor de margens de autonomia apreciáveis, ao ocuparem os interstícios do processo capitalista. Desde seus primórdios, o capitalismo valeu-se de formas de organização do trabalho que escapam às estritas condições de assalariamento e de extração de mais-valia. No séc. XIX, por exemplo, a substituição do sistema doméstico pelo sistema fabril foi longa e percorreu diferentes caminhos, havendo o maquinismo, em certos casos, surtido um efeito multiplicador do trabalho a domicílio, já em plena era industrial (Fohlen, 1974). Os tempos atuais, de *acumulação flexível*, possuem como característica, justamente, o emprego de formas variadas de organização do trabalho, em que as relações de produção adquirem uma natureza aparente

diversa, sendo todavia partes de uma mesma estratégia de acumulação (Harvey, 1993), livre ademais da obrigação de tolerar a resistência de coletivos de trabalho estáveis.

Por certo, inúmeras formas secundárias podem surgir, expandir-se e desaparecer durante a vigência de um modo de produção, como bem demonstra, na história, a vitalidade das formas não dominantes de vida material. Sempre existiram margens de liberdade entre esses níveis de organização das práticas sociais e econômicas, sendo a economia capitalista, em verdade, pródiga em exemplos. A questão está em saber como o capitalismo atua ao fundo da cena, como tais formas existem e perduram, submetendo-se ou reduzindo sua vulnerabilidade diante do modo de produção. Ou ainda, como tais formas, a partir de seu lugar subalterno ou periférico, podem encetar movimentos de alargamento do seu próprio campo e da sua lógica interna, subtraindo-se, em alguma medida, ao controle do capital.

Para isso, é necessário saber se tais formas são típicas ou atípicas para o modo de produção vigente. A questão conduz a uma terceira categoria, implícita nos textos de Marx e decorrente de sua preocupação em distinguir a *aparência* da *estrutura interna* de toda relação social. A estrutura nuclear de um modo de produção, seu caráter distintivo, repousa no conjunto de propriedades de que se reveste o processo de apropriação da natureza, nas *relações mútuas* que nele se engendram entre os indivíduos, conforme sua posição diante das condições e dos resultados dos diversos processos de trabalho e segundo as funções que desempenham. Ou seja, tal estrutura está determinada pelas relações sociais de produção que lhe correspondem, por uma *forma social de produção*⁸, mediante a qual é extorquido o sobre-trabalho do produtor direto.

Cada modo de produção é caracterizado por uma forma social de produção específica. Nas sociedades tribais primitivas, pelas relações de parentesco, que ordenavam a apropriação do território, chave para garantir os meios de subsistência; no feudalismo, pela manumissão das obrigações servis, exercida pelos senhores da terra sobre quem nela trabalhava; no capitalismo, pelas relações assalariadas, entre os vendedores da força-de-trabalho – o proletariado – e os detentores dos meios de produção – a burguesia. Mais do que um contrato jurídico, o vínculo salarial é o mecanismo que permite a apropriação do trabalho excedente no interior do processo produtivo, sob forma de mais-valia, conduzindo subseqüentemente a um patamar superior desta, por meio do incremento da produtividade do trabalho e do excedente extraído, contra os quais ao trabalhador indefeso pouco resta fazer.

Por isso, o trabalho doméstico, integrado na Idade Média ao regime dominial da economia agrícola e artesanal (Neers, 1965), mudou radicalmente de sentido com o aparecimento do empresário burguês, cuja finalidade de ganhos crescentes, nas relações com os trabalhadores que aos poucos foi subordinando, redundou na proletarização destes e na sua destituição progressiva do domínio objetivo e subjetivo de seu próprio trabalho. A introdução dessa nova lógica teve variantes regressivas, como o *sweating-system*⁹, empregado em cidades como Nova York e Londres, ainda em meados do séc. XIX (Fohlen, 1974: 47). Mais tarde, a evolução do maquinismo culmina com o regime fordista e taylorista, estabelecendo-se o limiar para a plena exploração do trabalho assalariado, sob forma de mais-valia relativa. As estratégias adotadas pelo atual capitalismo avançado, de segmentação do processo produtivo, emprego de operários polivalentes e adoção de contratos de trabalho

⁸ Godelier chama a atenção para o fato de que, em Marx, o conceito de *forma* não é descritivo ou pouco discriminante, mas contém o que hoje se entende por *estrutura*, ou seja, o que é essencial numa relação, o que encadeia os elementos que a compõem e garante sua força e singularidade histórica (1981: 173).

⁹ Literalmente, *sistema de suor* ou *transpiração*.

precários, nada mais são do que variações jurídico-formais da relação assalariada, com fim na continuidade da acumulação¹⁰.

A chamada economia camponesa é um caso ilustrativo das formas sociais de produção capazes de adaptarem-se a modos de produção das quais são atípicas. Seu traço peculiar, comum às suas diversas aparições históricas, é o fato de as relações de produção repousarem na unidade familiar (nuclear ou estendida) e na posse parcelar da terra. A família define a existência e a racionalidade do campesinato, rege sua organização interna e suas interações com o meio circundante. O cálculo econômico, a aprendizagem ocupacional, os laços de parentesco, os princípios de respeito e obediência, as regras de sucessão, eis alguns sinais impressos pela dinâmica familiar sobre o cotidiano camponês. O fato de que esse cotidiano transcende a materialidade econômica e compreende a vida social e cultural, inflexionada a partir da matriz familiar, nos previne contra uma interpretação economicista da teoria de Marx, pois se trata de compreender, a partir da lógica social que preside a organização da vida material, as diferentes formas da existência humana.

O campesinato reproduz-se a si mesmo, mas não à sociedade inteira. Além disso, os sistemas externos de exploração do excedente, com os quais se relaciona, são via de regra mais significativos do que os mecanismos próprios ao seu modo de vida. Não é possível compreender o funcionamento das unidades de produção camponesa sem o seu contexto societário. Nessas totalidades históricas, eles aparecem com as suas singularidades, por vezes inerradicáveis, ao mesmo tempo que adquirem feições introjetadas desde a estrutura social mais ampla. Eles transitam entre modos de produção; para isso adaptam-se, acomodam-se e, também, rebelam-se.

UMA FORMA SOCIAL SOLIDÁRIA DE PRODUÇÃO?

O fenômeno da economia solidária guarda semelhanças com a economia camponesa. Em primeiro lugar, porque as relações sociais de produção desenvolvidas nos empreendimentos econômicos solidários são distintas da forma assalariada. Muito embora, também aqui, os formatos jurídicos e os graus de inovação no conteúdo das relações sejam variáveis e sujeitos à reversão, as práticas de autogestão e cooperação dão a esses empreendimentos uma natureza singular, pois modificam o princípio e a finalidade da extração do trabalho excedente. Assim, aquelas práticas: a) funcionam com base na propriedade social dos meios de produção, vedando a apropriação individual desses meios ou sua alienação particular; b) o controle do empreendimento e o poder de decisão pertencem à sociedade de trabalhadores, em regime de paridade de direitos; c) a gestão do empreendimento está presa à comunidade de trabalho, que organiza o processo produtivo, opera as estratégias econômicas e dispõe sobre o destino do excedente produzido (Verano, 2001). Em suma, há uma unidade entre a posse e o uso dos meios de produção.

De outra parte, o solidarismo mostra-se capaz de converter-se no elemento básico de uma nova racionalidade econômica, apta a sustentar os empreendimentos através de resultados materiais efetivos e de ganhos extra-econômicos. Pesquisas empíricas vêm apontando que a cooperação na gestão e no trabalho, no lugar de contrapor-se aos imperativos de eficiência, atua como vetor de racionalização do processo produtivo, com efeitos tangíveis e vantagens reais, comparativamente ao trabalho individual e à cooperação, entre os assalariados, induzida pela empresa capitalista (Gaiger et al., 1999; Peixoto, 2000). O trabalho consorciado age em

¹⁰ “Em termos mais concretos, o grau de fordismo e modernismo, ou de flexibilidade ou pós-modernismo, varia de época para época e de lugar para lugar, a depender de qual configuração é lucrativa e qual não é.” (Harvey, 1993: 308).

favor dos próprios produtores e confere à noção de eficiência uma conotação bem mais ampla, referida igualmente à qualidade de vida dos trabalhadores e à satisfação de objetivos culturais e ético-morais. Esse espírito distingue-se da racionalidade capitalista – que não é solidária e tampouco inclusiva – e da solidariedade popular comunitária – desprovida dos instrumentos adequados a um desempenho sócio-econômico que não seja circunscrito e marginal.

A densidade do vínculo solidário certamente é variável, por vezes restringindo-se a meros dispositivos funcionais para economias de base individual ou familiar, por vezes alcançando a socialização plena dos meios de produção e sobrepondo, aos interesses de cada um, a sorte de um empreendimento associativo plenamente autogestionário. O êxito desse último, quando se verifica, decorre decisivamente dos efeitos positivos do seu caráter cooperativo (Gaiger, 1999). Ademais, o trabalho exerce um papel nitidamente central, por ser fator preponderante, senão exclusivo, em favor do empreendimento. Nessa condição, determina uma racionalidade em que a proteção àqueles que detêm a capacidade de trabalho torna-se vital¹¹. Ao propiciar uma experiência efetiva de dignidade e equidade, o labor produtivo é enriquecido do ponto de vista cognitivo e humano. O maior interesse e motivação dos associados, o emprego, mutuamente acordado, da maior capacidade de trabalho disponível, a divisão dos benefícios segundo o aporte em trabalho, são fatos relacionados com a cooperação, no sentido de acionar o favorecer um maior rendimento do *trabalho associado*.

À medida que essas características acentuam-se, provocam uma reversão do processo ocorrido nos primórdios do capitalismo, quando o trabalhador foi separado dos objetos por ele produzidos e converteu-se em propriedade de outrem, em mercadoria adquirida e destinada ao uso do capital. A autogestão e a cooperação são acompanhadas por uma reconciliação entre o trabalhador e as forças produtivas que ele detém e utiliza. Não sendo mais um elemento descartável e não estando mais separado do produto do seu trabalho, agora sob seu domínio, o trabalhador recupera as condições necessárias, mesmo se não suficientes, para uma experiência integral de vida laboral e ascende a um novo patamar de satisfação, de atendimento a aspirações não apenas materiais ou monetárias. Por conseguinte, as relações de produção dos empreendimentos solidários não são apenas atípicas para o modo de produção capitalista, mas *contrárias* à forma social de produção assalariada: nesta, o capital emprega o trabalho; naqueles, os trabalhadores empregam o capital.

A crítica marxista do capitalismo está centrada na análise das relações de produção. Por conseguinte, a defesa de uma alternativa econômica deve sustentar-se em evidências de que, no modelo alternativo proposto, tais relações adquirem outro caráter e possuem chances reais de vigência histórica, ou seja, refletem interesses subjetivos dos trabalhadores e respondem a condições objetivas de viabilidade e perduração. A exigência não se deve, então, a um gosto ou viés economicista, mas a uma necessidade metodológica prioritária (Gorender, 1978: 25)¹².

O resultado desse tratamento leva a entender os empreendimentos solidários como expressão de uma *forma social de produção específica*, contraposta à forma típica do capitalismo e, no entanto, com ela devendo conviver, para subsistir em formações históricas ditadas pelo modo de produção capitalista. No dias atuais, as inovações principais que a nova

¹¹ O fenômeno foi observado há mais tempo, antes da atual crise do mercado de trabalho provocada pela reestruturação produtiva do capitalismo: “O nível de demissões nas empresas autogeridas é praticamente invariante a curto prazo e certamente menos variável que nas empresas capitalistas. “(Vanek, 1977: 266, apud Coutrot, 1999: 109).

¹² Convém advertir, por outro lado, que o polimorfismo característico das diversas iniciativas populares, incluídas no rol da economia solidária, não impede que se opere uma redução desta morfologia a seus traços essenciais, como se faz aqui, para identificar a estrutura interna de suas relações constituintes, posto que nessas reside a sua lógica de desenvolvimento, mesmo em estado de potência.

forma traz e mostra-se capaz de reproduzir concentram-se no âmbito das relações internas, dos vínculos mútuos que definem o processo social imediato de trabalho e de produção dos empreendimentos solidários. A economia solidária não reproduz em seu interior as relações capitalistas, no melhor dos casos as substitui por outras, mas tampouco elimina ou ameaça a reprodução da forma tipicamente capitalista, ao menos no horizonte por ora apreensível pelo conhecimento. Iniciativas de grande interesse estão aparecendo, como as redes e clubes de troca, as cooperativas de crédito e outras, alternativamente à lógica mercantil do dinheiro e das trocas em geral, porém de modo ainda experimental, suplementar e subsidiário em muitos casos. Os argumentos de Singer, em defesa da profundidade da mudança contida na economia solidária, considerando a necessidade do aprendizado de um novo modelo econômico pelos trabalhadores, a melhora significativa nas condições de vida, advinda do trabalho numa empresa autogestionária, e o fortalecimento que tais fatos representam para a luta geral dos trabalhadores contra a exploração capitalista (2000: 18), em verdade dimensionam a transformação social a longo prazo, o que retira de perspectiva, por um outro caminho, entender a alternativa solidária, em si mesma, como a posta em marcha de um novo modo de produção, no sentido abrangente e profundo que o termo contém.

É esclarecedor observar o que se passa com um exemplo importante de autogestão e cooperação, praticada nos coletivos de produção que se multiplicam nos assentamentos rurais, sob forma de cooperativas agropecuárias e outros formatos associativos. A socialização da terra e do trabalho, quando em graus avançados, rompe com a lógica e a tradição da pequena produção familiar e introduz vínculos de outra natureza entre os “trabalhadores rurais” (agora, assim chamados). Modifica-se, portanto, a forma social de produção. Contudo, na grande maioria dos casos, a base técnica, derivada do estado das forças produtivas, permanece intocada ou superficialmente alterada, ao menos por um certo tempo; o modo material de produção não difere daquele empregado antes pela economia familiar, sobretudo quando essa já incorporara uma parcela razoável das inovações tecnológicas promovidas pelo capitalismo. Do mesmo modo, é com os agentes deste que os assentados transacionam, é diante de suas instituições que devem reafirmar os seus interesses. *Da porteira para fora*, dizem eles, *o que conta é a lei dos capitalistas*.

Poderíamos igualmente pensar nas empresas autogestionárias presas a cadeias produtivas ou a contratos de terceirização, para concluir que esse déficit de autonomia atesta o caráter incompleto da emancipação do trabalho solidário diante do predomínio do capital, seja na esfera da circulação e distribuição, seja na renovação contínua das forças produtivas. Como assimilar a base técnica da economia moderna, especialmente naqueles setores de maior densidade tecnológica e complexidade organizacional, sem fazer “compra casada” com o conteúdo social, introduzido pela lógica produtiva capitalista nos respectivos processos de trabalho? Não obstante, como dizia Marx, é no seio da velha sociedade que se geram as novas condições materiais de existência. Não é necessário que a mesma esteja exaurida para dar curso à dialética entre as forças produtivas e as relações de produção. Pode ocorrer, ainda, que formas essencialmente não capitalistas sejam representadas como se o fossem, pelo efeito de dominação ideológica do modo de produção dominante¹³. Donde resta a questão de *descobrir* as possibilidades, latentes ou encobertas, para que esses novos agenciamentos do processo de trabalho e dos fatores produtivos, inseminados por novas relações entre os trabalhadores, encontrem caminhos propulsores, rumo a uma função ativa nos próximos ciclos históricos.

A TEMPORALIDADE LONGA DAS TRANSIÇÕES

¹³ A começar pelo fato trivial de que todo agente econômico, para angariar algum reconhecimento, é forçado a apresentar-se como *empresário* de um ramo qualquer, seja-o ou não.

Nos termos da teoria proposta, a *transição* significa uma passagem, de uma sociedade estruturada sobre um modo de produção determinado, incapaz de se reproduzir, a uma outra sociedade, definida por outro modo de produção. Não se resume, portanto, a mudanças momentâneas ou setoriais, mesmo as de caráter evolutivo, cujo efeito ordinário é um novo acomodamento à ordem vigente, por meio da subordinação de lógicas sociais específicas à lógica geral dominante. Apenas em circunstâncias especiais, tais mudanças podem criar gradualmente as condições de superação daquela ordem, na medida em que sua resultante global seja o incremento dos óbices, internos ou externos, à reprodução do sistema econômico que sustenta aquela ordem, combinado ao aparecimento de bases substitutivas, geradoras de uma nova formação social.

Uma consequência imediata reside em que a transição ancora-se em processos de longa duração e, como tal, constitui um momento incomum, de excepcional importância na vida das sociedades, uma virada histórica em que se condensa e manifesta intensamente o movimento das coletividades humanas (Godelier, 1981: 162). Ela requer deficiências estruturais críticas, insolúveis no quadro do sistema existente, aliada a uma nova reunião de elementos, formando um todo coerente, capaz de se reproduzir e de impor a sua lógica reprodutiva ao sistema social. Enquanto isso não estiver demonstrado, não há razão em defender a hipótese de que estamos nessa perspectiva, ou nesse quadro¹⁴. Numa linguagem lapidar, não basta desejarmos ter a sorte de sermos protagonistas ou testemunhas oculares desse grande momento, tampouco repetirmos vaticínios pessimistas ou catastróficos sobre a ordem presente, esperando com isso apressar a sua ruína. Importa saber se, no horizonte, está selada a derrocada do capitalismo, ceifado que estaria por forças endógenas autodestrutivas, ou exposto a choques exteriores, com suficiente capacidade de abalo e substituição.

De outro lado, considerando o extraordinário avanço das forças produtivas já alcançado e a bagagem de conhecimentos sobre a história e a dinâmica social com que contamos hoje, é plausível admitir que a passagem a um modo de produção pós-capitalista resulte de uma ação deliberada, que provoque a dissolução da ordem vigente, pela introdução voluntária de novas relações sociais de produção. A presença destas induziria uma reorientação das energias humanas disponíveis na sociedade, redirecionando o desenvolvimento das forças produtivas, de modo a corresponderem àquelas relações e a estabelecer-se, efetivamente, um novo modo de produção (Houtart, 1981). O risco, teórico e prático, está em supervalorizar o peso da vontade política, a ponto de recair numa visão voluntarista, como aliás se verificou, em boa medida, nas malogradas tentativas de construção do socialismo no séc. XX. Vale a respeito recordar o critério proposto por Morin & Kern (1995), ao apontarem a necessidade de identificarmos, a cada momento histórico, as coerções intransponíveis, que descartam certas possibilidades, dos fatores cujo efeito coagente depende do protagonismo dos atores sociais.

A transição estudada por Marx, do feudalismo ao capitalismo, exigiu uma análise acurada sobre o aparecimento das condições históricas que deram pleno curso à lógica do capital – na fase da sua “acumulação primitiva”. Tais condições, por sucederem à crise do feudalismo, a explicam parcialmente, mas não foram sua causa. Quanto a isto, é útil lembrar a controvérsia sobre a preponderância dos fatores internos ou externos ao modo de produção feudal, fatores que minaram as suas bases e o deixaram vulnerável a processos subsequentes de dissolução. Para M. Dobb (1987), foi a insuficiência do feudalismo como sistema de produção, em contraste com as necessidades crescentes de renda da nobreza, o que motivou em primeiro

¹⁴ A insistência quase compulsiva em colocar o debate nesses termos, perceptível nos meios intelectuais de esquerda supostamente incumbidos de esclarecer as consciências, apenas prejudica a compreensão das reais dimensões do problema e o coloca numa nebulosa, em que os argumentos valem por sua afinidade com ânimos pessoais e preferências ideológicas.

lugar a crise do sistema feudal; razões intrínsecas teriam provocado a disfuncionalidade deste. Para P. Sweezy (1977), o feudalismo caiu principalmente devido ao desenvolvimento do comércio e da vida urbana; segundo ele, o crescimento de uma economia de trocas não impõe o fim de qualquer sistema servil, mas isso aconteceu no caso particular do feudalismo medieval, devido, entre outros, à revogação paulatina de alguns atributos das obrigações servis, por iniciativa do próprio estamento senhorial. Ambos autores reconhecem o concurso de todos esses fatores, restando em questão o seu peso específico¹⁵. Da sua conjunção, decorreu o lento enfraquecimento do sistema feudal, o que deixou livre curso para o florescimento de novas práticas econômicas, cuja expansão as levou a choques com os limites da ordem instituída, a entrarem em contradição com ela e, por fim, a suplantá-la. O epílogo, patrocinado pelas revoluções burguesas, selou a destruição daquele ordenamento, cuja força inercial, todavia, se fez sentir décadas a dentro do séc. XIX.

A história traz algumas lições. Primeiramente, a forma capitalista de produção, durante sua gestação, foi mostrando-se historicamente superior, por ser propícia à e beneficiada *pela* expansão da atividade mercantil, ensejada de modo irreversível com a crise do feudalismo. Desse ponto de vista, colocado nos termos da transição pós-capitalista, não basta identificar as insuficiências do capitalismo, sua irracionalidade, as necessidades sociais prementes que não satisfaz, etc. É necessário apontar uma nova lógica de desenvolvimento, impulsionada sob o capitalismo – ainda que não por ele – que seria melhor correspondida por relações sociais de um novo tipo, no caso, as baseadas no labor associado dos trabalhadores. Cabe identificar as propriedades daquela nova lógica, caracterizar a sua força e sua capacidade de expandir-se para a toda a sociedade, alcançar paridade com a forma social de produção capitalista ou mesmo fazê-la recuar. Assim sendo, esta nova forma social estaria mais apta a impulsionar o desenvolvimento das (de outras) forças produtivas, renovando o modo material de produção e gerando as bases para a supremacia de um novo sistema. Esse desafio intelectual nem sempre pode encontrar, em sua época, as evidências de que necessita. Não obstante, como veremos, há esforços parcialmente bem sucedidos e razões para tanto.

Uma segunda lição consiste na necessidade de deixar patente como as contradições inerentes às relações capitalistas as tornam inaptas para corresponderem àquela nova lógica, vindo então a dissolverem-se, por sua incapacidade de reprodução. Contradições não faltam ao capitalismo, mas isso tampouco significa que esteja em colapso, ou que haja fatores que impeçam sua entrada em uma crise agônica, reiterativa (Kurz, 1992), incapaz de dar lugar, por um largo tempo, para outras formas promissoras, livres daquelas contradições.

Em situações históricas afastadas de momentos culminantes, não é tarefa fácil discernir os prenúncios de contradições fatais, insuperáveis sem uma recomposição profunda da ordem social. Em todo o caso, nos meandros dos processos de maturação do novo modo de produção capitalista, Marx captou algumas sutilezas, de elevado interesse heurístico. Suas constatações dão conta de diferentes articulações entre as formas econômicas singulares e a totalidade social, segundo os estágios e modos de subsunção¹⁶ que se instauram entre elas.

Assim, num primeiro momento, a forma de produção capitalista nascente, introduzida com o recrutamento e o subsequente despojamento dos mesmos trabalhadores das oficinas artesanais domésticas, empregou o modo material de produção então existente, com isso havendo iniciado a subordinação do processo de trabalho. Alterou-se a forma, mas nada

¹⁵ Sobre esse debate, consultar também Hilton et al., 1977.

¹⁶ O termo *subsunção* (de subsumir) é de natureza teórica abstrata: refere-se ao movimento contraditório de recobrimento, pelo qual um conjunto de relações sociais (uma forma social) é incluída e redefinida no interior de outro conjunto, conforme a lógica que preside esse último. Os termos *submissão* e *subordinação* assinalam mecanismos concretos que integram o processo de subsunção.

mudou nas forças produtivas, materiais e intelectuais, e no processo de transformação material. Essa apropriação do trabalho pelo capital, nas condições técnicas herdadas de formas sociais anteriores, configurou uma situação de *subunção formal*, não restando então ao capital, para incremento da captação do trabalho excedente, senão recorrer ao alongamento da jornada de trabalho, ou a intensificar o seu ritmo físico, extraindo assim a mais-valia absoluta. A base técnica *inicialmente* subsumida pela nova forma capitalista não foi um produto do seu próprio desenvolvimento, mas uma base temporária para o mesmo.

A seguir, o imperativo da acumulação capitalista estimulou uma, a princípio lenta, renovação da base material, mediante aprimoramento da manufatura, maior divisão do trabalho e uso de novas ferramentas manuais. O sucesso das primeiras máquinas abriu a temporada de invenções sucessivas, precipitando a Revolução Industrial. Com o maquinismo e a grande indústria, o capitalismo finalmente passou a contar com sua própria base, com um modo material adequado, que seguiu sendo extraordinariamente impulsionado. As leis do valor capitalista realizam-se doravante em plenitude. As forças produtivas pertencem inteiramente ao capital, a extração do excedente se vale da mais-valia relativa, o trabalho encontra-se numa condição de *subunção real*, sobreposta aos mecanismos de subordinação anteriores, que persistem como expressão da forma geral de produção capitalista e são reativados sempre que o aumento do excedente, pelo caminho da produtividade, revela-se ineficaz ou insuficiente (Godelier, 1981). Assim, a nova forma social de produção é quem deu o impulso definitivo à transformação da base material. Essas não se modificaram em razão de alguma inexorabilidade histórica, mas em resposta a uma nova lógica social, concretamente posta em marcha na sociedade. Resultou então uma correspondência, ensejando o domínio da forma capitalista sobre outras formas de vida econômica precedentes, e a plena maturação do modo de produção de mercadorias.

À medida que avança, o capitalismo dissolve, submete ou mantém reclusas outras formas sociais de produção. Para essas, às vezes, a única saída é adotar a base material moderna, oferecida como mercadoria, e curvar-se ao capital comercial e financeiro, do que temos um exemplo cabal nos pequenos produtores rurais integrados à agroindústria. Nesse caso, a forma de produção familiar se reproduz sobre uma base nova, que ela não consegue desenvolver por si própria, sendo então por essa base subsumida, ao contrário do acontecido nos primórdios do capitalismo. Trata-se de uma *subunção formal inversa*, que deixa as formas sociais atípicas em situação de instabilidade, mas não as descredencia de todo a sobreviverem no interior do modo de produção capitalista.

Dessa reconstituição histórica, vale sublinhar dois fatos: a) a nova forma social de produção capitalista, originalmente, aproveitou o modo material de produção já existente; b) uma vez que seu desempenho mostrou-se superior, diante da demanda criada pela expansão da economia mercantil, as relações de produção capitalistas, então emergentes, provocaram um novo desenvolvimento da base material, havendo sido elas, por conseguinte, a condição necessária, embora não suficiente, dos novos avanços tecnológicos. Em futuras transições, os fatos obviamente não precisam ocorrer nessa ordem. Importa, no entanto, registrar o seu caráter dialético, em que forças ainda *por vir* insinuam-se como episódios a seu tempo laterais e pouco significantes, através de quase imperceptíveis mutações, sem virem, senão ao cabo de um longo período histórico, a suprimir as estruturas de vida social às quais tenderão a sobrepor-se, em prazo mais curto, mas igualmente indeterminado.

Nota final de extrema importância nesse tópico, observando a transição sobre outro ângulo: o conceito de forças produtivas compreende igualmente os recursos e faculdades intelectuais, o estado geral de conhecimento, sua difusão na população, a adoção e manuseio das técnicas, a capacidade de organização do processo produtivo, etc. É justo falar de uma

transição cultural, significando descompasso e novo acomodamento entre infra e superestrutura (Houtart, 1981), ou entre possibilidades objetivas e capacidades subjetivas de utilizá-las. A transição, sob esse prisma, requer a socialização de novas práticas, sua extensão ao conjunto da sociedade, ou a grupos e classes sociais; práticas que correspondem a novos modelos de conduta, a novas representações, legitimadas e instituintes (Houtart & Lemercinier, 1990).

UMA ECONOMIA DO TRABALHO EM PERSPECTIVA

Nas condições atuais, os empreendimentos cooperativos autogestionários experimentam uma dupla subsunção à economia capitalista: de um lado, estão sujeitos aos efeitos da lógica de acumulação e às regras de intercâmbio impostas ao conjunto dos agentes econômicos, de conteúdo eminentemente utilitário; de outro, como forma de responder à premissa de produtividade competitiva, estão compelidos a adotar a base técnica do capitalismo, os processos materiais de produção por ele introduzidos continuamente, configurando-se com isso uma subsunção formal *inversa*, de uma *base* sobre uma *forma*, similarmente ao caso da economia camponesa. Essas coerções, naturalmente, cerceam a lógica econômica solidária, pois a obrigam a conviver com tensionamentos e a conceder em seus princípios; se fossem adotadas sem restrição, terminariam por descaracterizar o que há de específico no solidarismo econômico.

Que exigências apresentam-se aos empreendimentos solidários, para que mantenham os seus traços distintivos? Penso serem três: a) assumir a base técnica herdada do capitalismo, dela retirando benefícios para a sua forma social de produção própria ou, ainda, alcançando desenvolver, paulatinamente, forças produtivas específicas e apropriadas à consolidação dessa última; b) cotejar-se com os empreendimentos capitalistas, dando provas de superioridade do trabalho associado perante as relações assalariadas, à medida que impulsionam, em seu interior, uma dialética positiva entre relações de produção e forças produtivas; c) resistir às pressões do ambiente econômico, por meio de mecanismos de proteção e da externalização da sua lógica cooperativa às relações de intercâmbio e de troca. Se isto vier a ocorrer, estaremos presenciando uma experiência econômica genuinamente sob a ótica do trabalho, fundada em relações nas quais as práticas de solidariedade e reciprocidade não são meros dispositivos compensatórios, mas fatores operantes no cerne da produção da vida material e social.

No atual ponto de partida, sejam quais forem os desdobramentos futuros, importa ter em vista o critério fundamental da práxis: apenas uma nova prática – aquela de uma nova inserção no mundo do trabalho e da economia – pode gerar uma nova consciência e provocar, sucessivamente, novas mudanças na prática. Esse é o requisito básico, posto nas experiências de economia solidária atualmente em curso, que motiva a ir em busca das possibilidades de cumprimento daquelas exigências. Vale frisar, uma vez mais, que o êxito em tal cumprimento não significará que os empreendimentos solidários estejam em vias de sobrepujar as empresas capitalistas, tornando-se disfuncionais ao sistema econômico para, a seguir, colocar em risco o próprio capitalismo. O papel possível da economia solidária, a ser inquirido, é o de dar a prova palpável de que a autogestão não é inferior à gestão capitalista no desenvolvimento das forças produtivas (Singer, 2000: 28), por dispor de vantagens comparativas, decorrentes da sua forma social de produção específica.

Passando em revista os trunfos de que objetivamente dispõem os empreendimentos autogestionários, uma de suas características tangíveis é a eliminação da parcela do excedente antes apropriada pelo estamento patronal para fins privados, pois sua destinação, agora, fica ao arbítrio dos trabalhadores, quer somando-se à remuneração do trabalho, quer sendo

reinvertida na empresa. A coexistência de proprietários abastados, empresas insolventes e folhas de pagamento irrisórias, deixa de ter lugar. A supressão das relações assalariadas e do antagonismo entre o capital e o trabalho a elas intrínseco, desonera a empresa igualmente por diminuir custos com estruturas de controle e supervisão, com estímulos pecuniários à fidelidade e eficiência dos que ocupam funções no topo da hierarquia, com programas destinados a conquistar a adesão dos trabalhadores aos objetivos da empresa; em suma, com estratégias as mais diversas da empresa capitalista, fadadas a recompor continuamente o espírito corporativo, sempre que situações críticas deixam a nu as contradições de classe que inescapavelmente a atravessam.

Além do mais, a empresa capitalista, a partir de certos limites, apenas pode flexibilizar os seus custos econômicos assumindo em contrapartida os custos sociais decorrentes¹⁷. Por sua vez, nas cooperativas e empresas autogestionárias, em que os ganhos são socializados de *per se*, o mesmo se admite mais facilmente com as perdas. O incremento unilateral da jornada de trabalho, ou sua redução e conseqüente abatimento das retiradas individuais, como estratégias de ajuste às flutuações do mercado, uma vez aprovadas de forma democrática e transparência, em boa lógica são a melhor garantia contra o desemprego para os cooperados. De certo modo, a empresa associativa está dotada de maleabilidade similar a dos autônomos e profissionais liberais, com a faculdade adicional de diluir custos fixos, assumidos individualmente nos demais casos, e de poder ampliar mais facilmente sua planta produtiva ou de serviços (Sorbille, 2000: 131)¹⁸.

Aduzindo um terceiro argumento, sendo o zelo e a atitude de colaboração dos trabalhadores, comprovadamente, indispensáveis a qualquer empresa e geralmente mais eficazes do que as estratégias patronais de convencimento ou coação (Coutrot, 1999), com maior razão há de verificar-se quando existe um vínculo imediato entre a performance do empreendimento e os benefícios individuais auferidos, ao lado de menor rotatividade da força-de-trabalho e da partilha dos valores e objetivos da organização. O interesse dos trabalhadores em garantir o sucesso do empreendimento estimula maior empenho com o aprimoramento do processo produtivo, a eliminação de desperdícios e de tempos ociosos, a qualidade do produto ou dos serviços, além de inibir o absenteísmo e a negligência. Efeitos como esses, sublinhados pela literatura especializada (Defourny, 1988; Carpi, 1997) e conferidos em estudos empíricos (Gaiger, 1999), ao derivarem da natureza associada e cooperativa do trabalho e das características participativas dos empreendimentos¹⁹, lhes conferem uma racionalidade própria, virtualmente superior a das empresas capitalistas que acionam os mesmos fatores materiais de produção.

Do ponto de vista dos fatores humanos, os fundamentos democráticos da autogestão vêm precisamente ao encontro dos requisitos de envolvimento e participação dos trabalhadores, preconizados pelos métodos de gestão modernos. Células de produção, grupos de trabalho e postos multifuncionais, a par outras técnicas de gerenciamento horizontal e responsabilização do trabalhador, típicas das normas de gestão de qualidade em voga, acomodam-se com

¹⁷ Manchete recente dos jornais, a tentativa frustrada da Volkswagen, em São Paulo, de demitir 3000 operários por conta da renovação tecnológica em curso na empresa, ilustra cabalmente esse fato.

¹⁸ Sem dúvida esse é o motivo da proliferação de cooperativas entre profissionais tradicionalmente vistos como independentes, tais como terapeutas, contabilistas, consultores e outros.

¹⁹ Reconhecê-lo significa relativizar em boa medida a tese da ação racional individualmente orientada, lembrando contudo que a adesão a uma comunidade de valores decorre igualmente das garantias e vantagens materiais que a mesma proporciona, tanto quanto pode ser cultivada a partir de uma colaboração durável motivada originalmente por razões utilitárias. De tal sorte, contrariamente à maioria das teorias socialistas, a autogestão produtiva “não pressupõe uma transformação radical da natureza humana, o ‘homem novo’.” (Coutrot, 1999: 68-9, 111).

naturalidade à estrutura participativa dos empreendimentos solidários. Resta como problema a freqüente inexistência de um gerenciamento profissional, dotado do cabedal específico de conhecimentos desse campo e, sobretudo, apropriado metodologicamente a um contexto organizacional de autogestão. A esse propósito, vale recordar que administrar uma empresa é função de competências adquiridas no lidar com problemas concretos, dadas antes pela experiência prática socialmente compartilhada e subsidiariamente informadas pelo saber científico; este, não necessita estar plenamente sistematizado e revestido de autoridade hierárquica para ter vigência e ser chamado a intervir, tanto mais se a experiência a ele referida encontra-se favorecida pelo interesse mútuo e pelo aprendizado coletivo (Singer, 2000: 19-22). A formação dos recursos humanos – seja escolar, técnico-profissional ou geral, visando ao desenvolvimento de uma cultura autogestionária e ao aperfeiçoamento permanente – é favorecida pelo compromisso de todos com a empresa e pelo papel decisivo exercido pelo fator trabalho; valoriza-se mais o “potencial de competência interna” (Peixoto, 2000: 55). Ora, educar simultaneamente para a participação e para o labor produtivo equivale a formar trabalhadores-gestores e a suplantam a divisão típica da empresa capitalista. Desenham-se as bases de uma nova cultura profissional, dada pelo conjunto de competências produtivas, pelo envolvimento mútuo com o futuro do empreendimento e, conforme é próprio a todo *métier* (Coutrot, 1999: 73), por uma deontologia referida a uma comunidade de pares.

Vista de modo mais amplo, a questão incide sobre a criação de novas forças produtivas – nesse caso, intelectuais – impulsionada por uma nova forma social de produção, a exemplo do ocorrido na aurora do capitalismo. Instaurada socialmente aquela demanda, pela presença da nova forma, introduz-se o processo inovador e criativo de desenvolvimento das faculdades humanas, cuja soluções, por seu turno, são suscetíveis de retroalimentar a demanda, em ciclos sucessivos. Além de o trabalho associado como tal equiparar-se a uma força produtiva específica da maior importância, é factível nos empreendimentos autogestionários que o avanço das capacidades subjetivas tome o passo da renovação dos processos materiais de produção, forçando a que esses venham a reconstituir-se progressivamente sobre outras bases. Desta feita, então, a nova forma social de produção não estaria criando uma nova base técnica em sentido estrito (inovações tecnológicas, instrumentos, etc.), mas sim em vias de absorver soluções já disponíveis (inclusive as chamadas tecnologias alternativas), convertendo-as à sua lógica própria. Considerados os impasses de nossa atual marcha civilizacional, a supremacia a ser alcançada no futuro por formas de produção superiores, diante dos padrões ímpares de produtividade e eficiência do capitalismo, provavelmente repouse em parâmetros de outra ordem, relacionados à racionalidade social e à sustentabilidade.

Seja como for, a introdução de novas forças produtivas, em antítese às que sustentam o modo material de produção predominante, é um processo eminentemente social, sujeito a descontinuidades e a reveses, não um fruto instantâneo da materialidade. Novos arranjos sociais lhe são imprescindíveis para que ponha em xeque, por contraposição e substituição, as relações de produção com ela incompatíveis, assim reafirmando, ao longo do tempo, a sua forma social específica. Desdobrada em repetidos vaivéns, em capítulos de desenlace incerto, a essa dialética os fatos levam a crer que estamos presenciando.

Em seu cerne, coloca-se a possibilidade de reversão daquele processo vital ocorrido nos primórdios do capitalismo, de separação entre o trabalhador, os meios de trabalho e o seu produto, separação na qual se assentam, segundo K. Marx, a alienação e a submissão ideológica do proletariado. As experiências concretas de solidarismo econômico teriam a faculdade de arrancar os trabalhadores de um contexto prático de reiteração da consciência alienada, quer no agir, quer nos fins que elege. São reais as chances para que se recupere e se reintegre às pessoas a riqueza dos conteúdos do trabalho e da vida coletiva em geral, de modo que interajam por suas qualidades, não “na pobreza e na homogeneidade das suas carências”

(Razeto, 1997: 94). Disto pode advir, na expressão de A. Gramsci, a tomada de consciência de sua *personalidade histórica*.

Sob o prisma das relações que cultivam entre si e com os demais agentes econômicos, as iniciativas solidárias vivem um momento de profusão, ao mesmo tempo que de debilidade. A todo instante, surgem novas organizações de crédito, troca e consumo solidário, além de notícias de avanços nas que já existiam, gerando um ambiente de emulação pródigo em encontros e projetos: cooperativas de crédito, bancos populares, moedas sociais, redes de troca, etc. Entretanto, salvo poucas iniciativas de maior porte ou relativa maturidade, esses mecanismos são experimentais: valem por seu significado intrínseco, não pelo seu impacto. Para assegurar sua reprodução, os empreendimentos solidários precisam lidar adaptativamente com as externalidades capitalistas. As tentativas de romper o círculo, ao entrarem em contato, reforçam-se moral e politicamente, mas carecem por hora de práticas efetivas de intercâmbio econômico, tanto mais quando envolvem segmentos e atores sociais diferentes²⁰.

Não obstante, é possível sumariar elementos com razoável potencial para que circuitos de economia solidária prosperem²¹. De um lado, o forte enraizamento local da economia solidária favorece a que possa apoiar-se no que *está à mão* - trabalho, saberes populares, energias morais, recursos políticos e institucionais – realimentando sinergias e explorando matrizes econômico-produtivas dotadas de alta racionalidade social. Ela contribui para “dinamizar o enorme potencial de recursos humanos e materiais que jaz em repouso nas ‘esferas’ não-mercantis e mercantis da sociedade” (Franco, 1996: 12). Está apta a inserir-se em um padrão de desenvolvimento sustentável, estação final da lógica predatória da economia meramente concorrencial. Por outro lado, contrariando a idéia de que o espaço econômico esteja tomado completamente pelo capitalismo global, as empresas solidárias tendem a ocupar nichos de mercado, parcialmente protegidos da grande concorrência, e a estabelecerem práticas de troca favorecidas pelos laços de confiança conquistados junto aos seus clientes. Tais relações de proximidade, cuja ausência onera formidavelmente a grande empresa com estratégias de marketing, são na verdade um patrimônio da economia popular, ou do *andar de baixo* da civilização, como diria F. Braudel. Por fim, as experiências de intercooperação de maior vulto, ao se expandirem e multiplicarem, vêm a revitalizar formas de vida econômica diversas, igualmente atípicas diante do capitalismo, das quais dependem frações importantes de trabalhadores. Elas estimulam e sustentam expressões de uma economia do trabalho, atenuando sua vulnerabilidade às imposições do capital.²²

Vem de longe o debate sobre a eficiência das empresas autogeridas, em confronto com aquelas de iniciativa privada. A força dos argumentos em prol da superioridade das primeiras – dos quais evidenciamos, acima, apenas os aspectos mais visíveis à luz de análises empíricas recentes – não permite desconhecer que a sorte da economia solidária depende igualmente de um novo sistema de regulação, capaz de ordenar dinamicamente as regras do jogo econômico, de modo a generalizar as práticas de autogestão para o conjunto da sociedade e viabilizar uma transposição de escala das iniciativas que proliferam em pequena dimensão. Uma questão política, portanto, de escolha entre sistemas econômicos alternativos, conforme se deseje fazer prevalecer os interesses individuais ou coletivos. Um combate, ao mesmo tempo, contra os

²⁰ O que não é um demérito, posto que inexistente provavelmente outra maneira de começar. Mesmo no sul do país, região considerada *solidariamente* à frente, não se constata uma integração sistêmica, mas sim a coexistência de experiências modelares, em linha de convergência ou de desencontro, direcionadas a setores sociais distintos, em cuja órbita gravita um certo número de atores e organizações (Gaiger, 2000b; 2001).

²¹ Para uma *defesa*, teórica e política, das redes solidárias, ver Mance, 2001.

²² Vale a respeito ter em conta a CRESOL, a mais abrangente e comprovada experiência de crédito a produtores rurais, operante nos três Estados do sul do país, por seu impacto positivo sobre a pequena produção familiar (Cf. Singer & Souza, 2000). Sobre a importância do desenvolvimento local e regional, ver Coraggio, 2001.

efeitos negativos da economia de mercado e de sua extensão à vida cotidiana, e em defesa das formas de vida econômica dotadas de outros fundamentos.

* * *

Uma dificuldade das teorizações politicamente motivadas é escapar de formulações genéricas, habitualmente dotadas de alguma dose de voluntarismo, o que as faz recaírem, sob aparência de ciência crítica, numa filosofia da história marcada por apriorismos e teleologias. Fugindo às armadilhas da predição, cabe à teoria, firmemente apoiada na análise histórica, elucidar as condições para que determinados processos de mudança social tenham lugar. A cada passo da análise, importa dar conta do escopo dos processos históricos, distinguindo suas respectivas causações e temporalidades. Em caso de desacordo, deve-se demonstrar, também teoricamente, que tais requisitos são infundados ou já encontram-se atendidos.

O exercício a que nos livramos deixa estremecida a noção de que a economia solidária constitui uma alternativa ao capitalismo, ao evidenciar a complexidade dos fatores em jogo. De outra parte, não alimenta as teses mais reticentes, ao concluir que os empreendimentos solidários estão aptos a credenciarem-se como formas consistentes de vida econômica, sem forçosamente cingirem-se por limites próprios ou por externalidades que os condenariam a um solidarismo de casamata ou a serem um fenômeno sazonal, reativo às flutuações da economia de mercado.

Entretanto, o rigor da análise torna insuficiente afirmar a força da solidariedade, uma vez esteja introjetada como princípio do agir. Antes, cabe admitir que a adesão dos trabalhadores às práticas de cooperação e reciprocidade não se mantém porque os mesmos se vêem instados moralmente a fazê-lo, mas primordialmente por verificarem, por eles próprios, que desse modo satisfazem mais plenamente os seus interesses individuais, que obviamente não necessitam ser apenas utilitários, embora em certa medida não possam deixar de sê-lo. Reside nesse ponto a importância decisiva de demonstrar a superioridade da forma social de produção solidária diante de outras alternativas postas ao trabalhador.

Da percepção dessa simbiose entre interesses próprios e alheios, nasce o interesse comum, base da ação de classe, entre indivíduos similarmente situados no processo de produção da vida material. Quando uma nova forma de vida econômica corporifica-se, projeta consigo novos grupos, compelindo-os, segundo as circunstâncias, a lutarem por sua afirmação. Na transição para o capitalismo, os alvos da burguesia nascente foram as corporações de ofício e tudo mais que entravava a livre iniciativa. A lógica objetiva das transformações históricas, posta em exergue nessas páginas, definirá o seu curso à medida que os atores em cena incidam sobre as condições que encontram, e na proporção em que essas sustentem, por sua vez, aqueles protagonismos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRAUDEL, F. (1998). *Civilização material, economia e capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes.
- CARPI, J. (1997). “La economía social en un mundo en transformación”. *Ciriec-España*, 25: 83-115.
- CORAGGIO, J. (2001). “La relevancia del desarrollo regional en un mundo globalizado”. *Revista de Ciências Sociais – Unisinos*, São Leopoldo, 37(159): 235-258.

- COUTROT, T. (1999). *Critique de l'organisation du travail*. Paris: La Découverte (Col. Répères, 270).
- DEFOURNY, J. (1988). "Coopératives de production et entreprises autogérées: une synthèse du débat sur les effets économiques de la participation". *Mondes en Développement*, Bruxelas, 16(61): 139-53.
- DOBB, M. (1987). *A evolução do capitalismo* (9ª ed.). Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos.
- FOHLEN, C. (1974). *O trabalho no século XIX*. S. 1. Editorial Estúdios Cor (Col. Breviários da Cultura, 4).
- FRANCO, G. (1996). "Uma nova perspectiva estratégica pós-liberal para enfrentar a questão social no Brasil". *Revista Proposta*, Rio de Janeiro, 70: 10-17.
- GAIGER, L. (1998). "A solidariedade como alternativa econômica para os pobres". *Contexto e Educação*, Ijuí, 13(50): 47-71.
- GAIGER, L. (1999). *O trabalho ao centro da economia popular solidária*. XIII Encontro Anual da ANPOCS (GT Trabalho e Sociedade), Caxambu.
- GAIGER, L. (2000a). "Sentido e possibilidades da economia solidária hoje". In: KRAYCHETE, G., LARA, F., COSTA, B. (orgs.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes, pp. 167-198.
- GAIGER, L. (2000b). "Os caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul". In: SINGER, P. & SOUZA, A. (orgs.). *A economia solidária no Brasil; a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, pp. 267-286.
- GAIGER, L. (2001). "As organizações do Terceiro Setor e a economia popular solidária". *Revista de Ciências Sociais – Unisinos*, São Leopoldo, 37(159): 103-151
- GAIGER, L. et al. (1999). "A economia solidária no RS: viabilidade e perspectivas". *Cadernos CEDOPE - Série Movimentos Sociais e Cultura*, São Leopoldo, 15.
- GIANNOTTI, J. (1976). "Notas sobre a categoria 'modo de produção' para uso e abuso dos sociólogos". *Estudos CEBRAP*, São Paulo, 17: 161-168.
- GODELIER, M. (1981). "D'un mode de production à l'autre: théorie de la transition". *Recherches Sociologiques*, Louvain-la Neuve, 12(2): 161-93.
- GORENDER, J. (1978). *O escravismo colonial* (2ª ed.). São Paulo: Ática (Col. Ensaios, 29).
- HARVEY, D. (1993). *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola.
- HILTON, R. et al. (1977). *A transição do feudalismo para o capitalismo* (4ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HOUTART, F. (1981). "La transition au mode de production socialiste; réflexion au départ des sociétés colonisées". *Recherches Sociologiques*, Louvain-la-Neuve, 12(2): 229-37.
- HOUTART, F. & LEMERCINIER, G. (1990). "Culture et transition: le cas du Nicaragua". *Sociologies et sociétés*, 22(1): 127-42.
- KURZ, R. (1992).. *O colapso da modernização* Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- LAVILLE, J. (dir.) (1994). *L'économie solidaire: une perspective internationale*. Paris: Desclée de Brouwer.

- MANCE, E. (2001). “A consistência das redes solidárias”. *Revista de Ciências Sociais – Unisinos*, São Leopoldo, 37(159): 177-204.
- MARTINS, J. (1989). *Caminhada no chão da noite; emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo*. São Paulo: Hucitec.
- MARX, K. (1974). *Manuscritos econômicos e filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural (Col. Os Pensadores).
- MARX, K. (1976). *O Capital; crítica da economia política*. Livro 3, v. 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- MORIN, E. & KERN, A. (1995). *Terra-Pátria*. Porto Alegre: Sulina.
- NEERS, J. (1965). *Le travail au Moyen Âge* (3ª ed.). Paris: PUF (Col. Que Sais-Je?).
- NYSSSENS, M. (1996). “Economie populaire au sud, économie sociale au nord: des germes d’économie solidaire?”. In: SAUVAGE, P. et al. *Réconcilier l’économique et le social*. Paris: OCDE, pp. 95-120.
- PEIXOTO, J. (2000). “Autogestão: um modelo alternativo de reestruturação da produção”. In: JÚNIOR, O. (org.) *Mudanças no mundo do trabalho; cooperativismo e autogestão*. Fortaleza: Expressão.
- RAZETO, L. (1997). “O papel central do trabalho e a economia da solidariedade”. *Revista Proposta*, Rio de Janeiro, 75: 91-99.
- SHANIN, T. (1980). “A definição de camponês: conceituações e desconceituações; o velho e o novo numa discussão marxista”. *Estudos CEBRAP*, São Paulo, 26: 44-80.
- SINGER, P. (2000). “Economia solidária: um modo de produção e distribuição”. In: SINGER, P. & SOUZA, A. (orgs.). *A Economia solidária no Brasil; a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto.
- SINGER, P. & MACHADO, J. (2000). *Economia socialista*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- SINGER, P. & SOUZA, A. (orgs.). *A Economia solidária no Brasil; a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto.
- SORBILLE, R. (2000). “A autogestão e o desafio da viabilidade econômica”. In: JÚNIOR, O. (org.) *Mudanças no mundo do trabalho; cooperativismo e autogestão*. Fortaleza: Expressão.
- SOUZA, L. (2000). Um país dinâmico, um pensamento claudicante. *Estudos Avançados*, São Paulo, 14(40): 77-90.
- SWEEZY, P. et al. (1977). *Do feudalismo ao capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes.
- TIRIBA, L. (1997). “Los trabajadores, el capitalismo y la propiedad colectiva como estrategia de supervivencia y de sociedad: rastreando el debate histórico”. *Contexto e Educação*, Ijuí, 46: 7-34.
- VANEK, J. (1977). *The Labor-Managed Economy*. Ithaca: Cornell University Press.
- VERANO, L. (2001). *Economia solidária, uma alternativa ao neo-liberalismo*. Santa Maria: Cesma Edições.